

ÁFRICA NA OBRA DE ANTÓNIO LOBO ANTUNES

ANA CRISTINA CORREIA GIL*

A relação dos portugueses com o seu império colonial sempre foi complexa e tem sido analisada por variados ensaístas e pensadores. Esta reflexão é extensível à literatura, já que são muitas as contribuições dos autores portugueses nesta área. Basta pensarmos no caso de João de Melo ou de António Lobo Antunes, autores cujas biografias se ligam de forma inextricável às vivências de ambos em terras africanas num contexto de guerra colonial. É precisamente na obra de António Lobo Antunes que procuraremos analisar o modo como são representados África e os africanos, seja na sua vivência no continente africano, seja na sua relação especular, por contraste, com o território do continente português.

A África que encontramos na obra antuniana é a África sofrida do período da guerra colonial contra os movimentos de libertação e de independência, bem como a África sem norte pós-independência, marcada por intensas guerras civis, autodestrutivas e dilaceradoras de nações ainda embrionárias. Esta tematização estreitamente ligada à (i)legitimidade dos imperialismos europeus, que acarretam o silenciamento das vozes autóctones reprimidas e subjugadas, permite ler a obra de Lobo Antunes como um exemplo privilegiado de literatura de teor pós-colonialista.

O Pós-colonialismo é uma área dos Estudos Culturais complexa e muito heterogénea que começou a ser desenvolvida a partir da realidade concreta do

* CHAM (Centro de História de Além-Mar), Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa e Universidade dos Açores.

império colonial britânico e que progressivamente tem vindo a ser alargada ao estudo de outros processos e estruturas imperiais com características diversas do caso britânico, como é o caso do imperialismo português. Este campo de estudos procura pensar e analisar o colonialismo e suas consequências na estruturação da identidade dos povos colonizados, inserindo-se assim no âmbito dos Estudos Culturais, que procuram investigar as relações entre poderes hegemónicos e grupos sociais subjugados e silenciados ao longo dos tempos, para os quais se reivindica um reconhecimento da sua identidade original e um lugar por direito próprio nas sociedades contemporâneas, como é o caso das classes trabalhadoras, dos negros, das mulheres, dos povos colonizados, dos povos primitivos, entre outros.

Considera-se geralmente momento fundador desta disciplina a publicação da obra *Orientalismo. Representações ocidentais do Oriente* (1978) de Edward Said. Said procurou neste ensaio desconstruir o olhar ocidental, segundo ele baseado em visões distorcidas da realidade sobre o Oriente, desmistificando, assim, aquilo a que chama “ficções inverificáveis” e “vastas generalizações”¹.

O colonialismo português revestiu-se de características particulares que o diferenciam de outras experiências imperiais das nações europeias. Portugal, ao mesmo tempo que se afirma como o centro de um vasto império colonial, não deixa de ser considerado pela Europa como um país periférico e marginal. Encontra-se, assim, a nação portuguesa na situação paradoxal de ser o agente dominador de territórios nos continentes africano, asiático e americano, e ser, simultaneamente, visto pelo seu próprio continente como uma entidade estranha, um ente inferior, quase tão exótico como as terras distantes. Oscila, assim, entre Prospero e Caliban, o colonizador e o colonizado, como nota Boaventura de Sousa Santos:

“Portugal foi o único país colonizador a ser considerado por outros países colonizadores como um país nativo ou selvagem. Ao mesmo tempo que os nossos viajantes diplomatas e militares descreviam os curiosos hábitos e modos de vida dos povos selvagens com quem tomavam contacto no processo de construção do império, viajantes diplomatas e militares da Inglaterra ou da França descreviam, ora com curiosidade ora com desdém, os hábitos e modos de vida dos portugueses, para eles tão estranhos ao ponto de parecerem pouco menos que selvagens”².

¹ Edward W. SAID, *Orientalismo. Representações ocidentais do Oriente*, 2.^a ed., Lisboa, Cotovia, 2004, p. XVI.

² Boaventura de Sousa SANTOS, *Pela mão de Alice – O social e o político na pós-modernidade*, Porto, Edições Afrontamento, 1994, p. 60. A dicotomia entre Prospero e Caliban é desenvolvida por este autor no estudo “Entre Prospero e Caliban: Colonialismo, pós-colonialismo e inter-identidade” (cf. bibliografia final).

Esta realidade torna-se evidente no romance *O esplendor de Portugal*, nas palavras de Isilda que, *a posteriori*, recorda os seus tempos de infância em África e dá relevo precisamente à complexa hierarquia que coloca o português colonizador acima do colonizado, mas surpreendentemente abaixo dos outros colonizadores europeus:

“O meu pai costumava explicar que aquilo que tínhamos vindo procurar em África não era dinheiro nem poder mas pretos sem dinheiro e sem poder algum que nos dessem a ilusão do dinheiro e do poder que de facto ainda que o tivéssemos não tínhamos por não sermos mais que tolerados, aceites com desprezo em Portugal, olhados como olhávamos os bailundos que trabalhavam para nós e portanto de certo modo *éramos os pretos dos outros* [...] o meu pai costumava explicar que aquilo que tínhamos vindo procurar em África era transformar a vingança de mandar no que fingíamos ser a dignidade de mandar, morando em casas que macaqueavam casas europeias e [que] qualquer europeu desprezaria considerando-as como considerávamos as cubatas em torno, numa idêntica repulsa e num idêntico desdém, um dinheiro sem préstimo não fora a crueldade da maneira de o ganhar e para todos os efeitos equivalente a conchas e contas coloridas”³.

É, portanto, fundamental considerar neste campo de estudos não só a análise dos grupos colonizados como também as alterações que a experiência colonial opera sobre a metrópole, uma vez que em ambos se constata mudanças profundas nos seus traços identitários originais.

A questão identitária é, portanto, um dos *leitmotivs* fundamentais dos estudos pós-coloniais, na medida em que o confronto entre o ‘eu’ colonizador e o ‘outro’ colonizado opera mudanças profundas na essência de cada um destes elementos em contacto num mesmo território, o território ocupado. O povo dominador tende a impor ao dominado os seus traços culturais, procurando apagar as culturas autóctones, domesticá-las, ‘civilizá-las’, quando não mesmo aniquilá-las por completo. Assim aconteceu com os imperialismos europeus – português, espanhol, britânico, francês, holandês – em maior ou menor grau. Mas é certo também que o colonizador não sai incólume deste contacto, uma vez que a saída da metrópole implica uma deslocação (“displacement”, conceito tão caro ao pós-colonialismo), uma alteração de lugares que quase sempre se traduz numa des-identificação em relação ao espaço pátrio que se deixou, bem como num fascínio pela terra que se ocupa e que gradualmente se adopta de modo afectivo. A problemática pós-colonial afecta, assim, igualmente dominador e dominado, abala e fractura ambas as identidades, envolvendo uma complexidade de relações e de atitudes que

³ António Lobo ANTUNES, *O esplendor de Portugal*, Lisboa, D. Quixote, 1997, p. 255, sublinhado meu.

convocam, segundo Robert Young, a ambivalência e o hibridismo como marcas fundamentais deste processo: “Hybridity thus makes difference into sameness, and sameness into difference, but in a way that makes the same no longer the same, the different no longer simply different [...] difference and sameness in an apparent impossible simultaneity”⁴.

Esta deslocação, esta alteração de lugares e de identidades são temas recorrentes na ficção de António Lobo Antunes, sobretudo nas narrativas em que a guerra colonial portuguesa assume protagonismo. É o caso dos três primeiros romances deste autor – *Memória de elefante* (1979), *Os cus de Judas* (1979) e *Conhecimento do Inferno* (1980) –, nos quais os traços autobiográficos estão ainda muito presentes: os protagonistas são médicos psiquiatras que tiveram uma traumática experiência de combate na guerra colonial africana e a vida presente destes é marcada pela solidão, pelo desenraizamento, pelo divórcio da mulher que ainda julgam amar e pela separação dolorosa da(s) filha(s) ainda criança(s). Apesar de não ser nossa intenção fazer uma leitura biografista da obra deste autor, é inevitável esta ligação entre vida e obra, facto que o próprio autor reconheceu em várias entrevistas e em textos não ficcionais.

O fio condutor dos três romances que atrás referimos é a narração da guerra colonial africana, naquilo que ela tem de atrocidades, sofrimento humano e de absurdo que leva à mais completa abjecção. Situações comuns em cenários de confrontos bélicos – mortes, ataques, desespero, sofrimento – convivem com cenários característicos de dominação imperialista – abusos de poder, intimidação e ataques a populações indefesas votadas à miséria e à fome, corrupção e ridicularização dos líderes dominados. Não há, porém, espaço para interpretações maniqueístas no universo romanescos antuniano, pois os povos dominados, uma vez libertos, são também protagonistas de atrocidades indescritíveis sobre os seus antigos senhores, como vemos por exemplo na obra *O esplendor de Portugal*. Esta complexidade de relações é também um dos traços do pós-colonialismo, que o torna uma problemática rica em interpretações e plena de sentidos só aparentemente contraditórios:

“envolve a desgraça do colonizado tanto como a do colonizador, as atitudes de agressão e prepotência visíveis em ambos os lados, e, sobretudo, o misto de malogro e de oportunismo que a guerra produz em todos os sentidos, reduzindo a porção de humanidade no indivíduo, a capacidade criadora nos grupos familiares e afins, e a harmonia nas comunidades”⁵.

⁴ Robert YOUNG, *Colonial Desire. Hybridity in Theory, Culture and Race*, London, Routledge, 1995, p. 29.

⁵ Maria Alzira SEIXO, *Os romances de António Lobo Antunes*, Lisboa, D. Quixote, 2002, pp. 501-502.

O hibridismo de perspectivas substitui uma visão maniqueísta da História, em que a diabolização do invasor tem o seu correspondente na vitimização do ocupado. O deslocamento – ‘displacement’ –, marca do pós-colonialismo, é assim físico (da metrópole para a colónia), mas é também um deslocamento de sentidos, de interpretações, como sugere Maria Alzira Seixo. O colonizador reveste-se assim também de uma fragilidade que põe em causa o seu poder físico e a sua hegemonia civilizacional. Mobilizado à força por um regime ditatorial e autoritário, o militar vê-se longe do seu país e da sua família, em nome de uma guerra absurda cujos objectivos não partilha e não compreende.

A deslocação é assim uma componente fundamental no desenraizamento sentido pelos protagonistas destes romances e é partir dela que se desencadeia o processo de des-identificação das personagens conotadas com o ideário imperialista. O tempo passado no cenário de guerra afasta inexoravelmente estes soldados do seu país, a tal ponto que no regresso a casa se descobrem estranhos numa terra estranha, estrangeiros numa terra que antes era a sua:

“Ao voltar da guerra, o médico, habituado entretanto à mata, às fazendas de girassol e à noção de tempo paciente e eterna dos negros, em que os minutos, subitamente elásticos, podiam durar semanas inteiras de tranquila expectativa, tivera de proceder a penoso esforço de acomodação interior a fim de se reacostumar aos prédios de azulejo que constituíam as suas cubatas natais. A palidez das caras compelia-o a diagnosticar uma anemia colectiva, e o português sem sotaque surgia-lhe tão desprovido de encanto como um quotidiano de escriturário. Sujeitos apertados em cilícios de gravatas agitavam-se à sua volta em questiúnculas azedas: o deus Zumbi, senhor do Destino e das Chivas, não passara o equador, seduzido por um continente onde até a morte possuía a impetuosa alegria de um parto triunfal”⁶.

Portugal parece-lhes agora um país sombrio, sisudo, carrancudo, postigo, fingido, operando-se um contraste com a terra africana, que vai ganhando contornos de lugar afável, belo, genuíno, com a alegria de viver que não se encontra já na metrópole do império extinto.

Estabelece-se, assim, uma relação de amor-ódio com África, que é simultaneamente cenário de crueldades e oásis de pureza e de harmonia vivenciais. É lá que os protagonistas destes romances encontram a amizade genuína, com africanos que sofrem a fúria repressora do colonizador: o soba-alfaiate, líder autóctone cuja dignidade é reduzida à condição humilhante de mero alfaiate das tropas; a Tia Teresa, prostituta que acolhe o desespero órfão do narrador e António Miúdo Catolo, com quem o narrador de *Conhecimento do Inferno* aprende que

⁶ António Lobo ANTUNES, *Memória de elefante*, 15.ª ed., Lisboa, D. Quixote, 1991 (1.ª ed. 1979), p. 98.

em Lisboa não existe noite. Mas é sobretudo no que diz respeito às categorias de tempo e de espaço que mais se manifesta o fascínio destes narradores pelas terras africanas. Ao bulício e à vivência quase mecânica do dia-a-dia banal e mesquinho de Portugal, contrapõe-se de modo muito contrastivo o tempo africano, distendido, genesíaco, respeitador dos ritmos interiores do ser humano. Em termos de espaço, África surge sempre como os grandes espaços, de cor intensa e genuína, sem qualquer mácula de intervenção humana, por contraponto ao espaço urbano de Lisboa, marcado pelo *kitsch* dos azulejos, pelas ruas labirínticas, sufocantes para quem se habituou à amplidão e ao silêncio africanos.

Se esquecermos a guerra, África assemelha-se, com estes traços, a um Éden na terra, a um regresso ao Paraíso perdido, configurando quase uma utopia, uma reificação de um tempo em que a Humanidade estava em contacto com a terra, com o espaço natural, sem os efeitos perversos das conquistas da civilização. Lobo Antunes por várias vezes reconhece a sua admiração por este continente: “É que aquilo era muito bonito, é um país maravilhoso [Angola]. Pensa-se que os portugueses destruíram uma civilização comparável à dos maias. Ali não havia pedra, era tudo feito de madeira. Era tudo precioso”⁷. No *Segundo livro de crónicas* assistimos a uma confissão de amor por esta terra em «Crónica para ser lida com acompanhamento de kissanje»:

“A coisa mais bonita que vi até hoje não foi um quadro, nem um monumento, nem uma cidade, nem uma mulher, nem a pastorinha de biscuit da minha avó Eva quando era pequeno, nem o mar, nem o terceiro minuto da aurora de que os poetas falam: a coisa mais bonita que vi até hoje eram vinte mil hectares de girassol na Baixa de Cassanje, em Angola. A gente saía antes da manhã e nisto, com a chegada da luz, os girassóis erguiam a cabeça, à uma, na direcção do nascente, a terra inteira cheia de grandes pestanas amarelas dos dois lados da picada [...] A coisa mais bonita que vi até hoje foi Angola, e apesar da miséria e do horror da guerra continuo a gostar dela com um amor que não se extingue. Gosto do cheiro e gosto das pessoas”⁸.

Trinta anos depois, a questão continua. Busca de um país que se procura a si mesmo, longe já de um destino imaginado de imperialismo obsoleto, a reconciliar-se com a sua História, a fazer a sua História ultrapassando tabus. O próprio autor busca ainda a pacificação das suas memórias, que continuamente o assaltam e que continuam a pôr perante os seus olhos já maduros os verdes anos passados em cenários absurdos, como bem se vê ainda no *Terceiro livro de crónicas*, de 2005:

⁷ María Luisa BLANCO, *Conversas com António Lobo Antunes*, trad. de Carlos Aboim de Brito, Lisboa D. Quixote, 2002, p. 95.

⁸ António Lobo ANTUNES, *Segundo livro de crónicas*, 1ª ed., Lisboa, D. Quixote, 2002, p. 29.

“Eu estive lá. Eu vi. Não pretendo fazer arte, alinhar coisas bonitas. Não sou escritor agora: sou um oficial do exército português. Não terei sido um criminoso por haver participado nisto? Não foi por cobardia que participei nisto?”⁹.

BIBLIOGRAFIA

- ANTUNES, António Lobo (1991), *Memória de elefante*, 15.^a ed., Lisboa, D. Quixote (1.^a ed. 1979).
- _____ (1997), *O esplendor de Portugal*, Lisboa, D. Quixote.
- _____ (2002), *Segundo livro de crónicas*, 1.^a ed., Lisboa, D. Quixote.
- _____ (2005), *Terceiro livro de crónicas*, 1.^a ed., Lisboa, D. Quixote.
- BLANCO, María Luisa (2002), *Conversas com António Lobo Antunes*, trad. de Carlos Aboim de Brito Lisboa D. Quixote.
- CABRAL, Eunice, JORGE, Carlos J. F. E ZURBACH, Christine (2004), *A escrita e o mundo em António Lobo Antunes*, Actas do Colóquio Internacional António Lobo Antunes da Universidade de Évora, 1.^a ed., Lisboa, D. Quixote.
- DISCURSOS (1996), 13 – «Literatura, Nacionalismos, Identidade» (Outubro), Lisboa, Universidade Aberta.
- LOURENÇO, Eduardo [1988], *O labirinto da saudade - Psicanálise mítica do destino português*, Lisboa, Círculo de Leitores (1.^a ed. 1978).
- SANTOS, Boaventura Sousa (2001), “Entre Prospero e Caliban: Colonialismo, pós-colonialismo e inter-indentidade” in RAMALHO, Maria Irene e RIBEIRO, António Sousa (orgs.), *Entre ser e estar. Raízes, percursos e discursos da identidade*, Porto, Edições Afrontamento, pp. 23-85.

⁹ António Lobo ANTUNES, *Terceiro livro de crónicas*, 1.^a ed., Lisboa, D. Quixote, 2005, p. 112. Esta crónica intitula-se «078902630RH+», título que remete para a medalha de identificação que os soldados tinham ao pescoço.

- _____ (1994), *Pela mão de Alice – O social e o político na pós-modernidade*, Porto, Edições Afrontamento.
- SEIXO, Maria Alzira (2002), *Os romances de António Lobo Antunes*, Lisboa, D. Quixote.
- SEIXO, Maria Alzira (dir.) (2008), *Dicionário da obra de António Lobo Antunes*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2 vols..
- YOUNG, Robert (1995), *Colonial Desire. Hybridity in Theory, Culture and Race*, London, Routledge.